

Aproximações Teórico-Conceituais sobre Agricultura Familiar e Particularidades do Semiárido Brasileiro

Theoretical- Conceptual Approaches on Family Agriculture and the Particularities of Brazilian Semi-arid Region

Acercamientos Teórico-Conceptuales sobre la Agricultura Familiar y Particularidades del Semiárido Brasileño

AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta de

UFCG – UNEB/ PPGECOH – Professor Doutor

E-mail: maltasma@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3217-8159>

Recebido: 11/01/2023 | Revisado: 25/02/2023 | Aceito: 12/03/2023 | Publicado: 30/12/2023

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10475335>

RESUMO - Nesse ensaio de cunho bibliográfico, discute-se primeiramente a agricultura numa perspectiva dinâmica, com uso de capital e tecnologias intensivas, a exemplo dos produtores de frango e de suínos do sul do país, encontrando-se, de modo geral, integrados ao criatório desse animal. Em segundo lugar verifica-se uma agricultura familiar bastante precária do ponto de vista do volume produzido e de sua integração ao mercado. Além das características sublinhadas serão discutidos também, nesse trabalho, os processos sociais de organização da agricultura familiar, tendo como objetivo compreender suas características e principais formas de atuação. Como recurso metodológico foi elaborado uma revisão bibliográfica dos trabalhos de Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider e Wanderley Baudel.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Semiárido. Desigualdade de recursos

ABSTRACT - This bibliographical essay starts by discussing agriculture through a dynamic perspective, with the use of capital and intensive technologies, for instance the chicken and pork farmers from southern Brazil, who are generally integrated to the breeding of these animals. Secondly, it introduces the precarious situation of family agriculture in what concerns its amount and integration to the market. Besides the referred characteristics, this paper also discusses the social processes of organization of family agriculture, in order to understand its characteristics and most important ways of use. The methodological approach was based on a bibliographical review of works by Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider and Wanderley Baudel.

Keywords: Family Agriculture, Semiarid, Inequality of resources

RESÚMEN - En este ensayo bibliográfico se aborda primero la agricultura desde una perspectiva dinámica, con uso de capital y tecnologías intensivas, como los productores de pollos y cerdos del sur del país, quienes están, en general, integrados a la cría de este animal. En segundo lugar, la agricultura familiar es bastante precaria desde el punto de vista del volumen producido y de su integración en el mercado. Además de las características destacadas, este trabajo también discutirá los procesos sociales de organización de la agricultura familiar, con el objetivo de comprender sus características y principales formas de

acción. Como recurso metodológico se elaboró una revisión bibliográfica de los trabajos de Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider y Wanderley Baudel.

Palabras claves: Agricultura familiar; semiárido; desigualdades de recursos.

INTRODUÇÃO

As contendas em torno da Agricultura Familiar têm despertado discussões bastante acaloradas. No meio acadêmico esses embates têm tido como matizes evolutivas às contribuições teórico-metodológicas desenvolvidas por diversas ciências sociais, como a economia, sociologia e a Geografia.

Nesse contexto, o desenvolvimento técnico-científico tem induzido mudanças bastante significativas nos processos de organização das atividades agrícolas praticadas em pequenas extensões de terra. Decorre daí a atualidade desse debate. Termos como agricultura familiar, pequena produção e agricultura de subsistência tem sido alvo de controvérsias, tendo em vista a necessidade de atualização frente aos processos de transformação estrutural aos quais vem sendo submetida a agropecuária no Brasil, sobretudo, pela forma como tem penetrado, estruturalmente, os processos de reprodução capitalista no campo.

No Brasil, particularmente, essas transformações têm se revestido de pelo menos duas formas de adesão ao projeto capitalista, com efeitos sobre as relações desencadeadas no rural brasileiro. Primeiramente observa-se uma agricultura familiar mais dinâmica, com uso de capital e tecnologias intensivas, a exemplo dos produtores de frango e de suínos do sul do país, encontrando-se, de modo geral, integrados à agroindústria desses produtos. Em segundo lugar verifica-se uma agricultura familiar bastante precária do ponto de vista do volume produzido e de sua integração ao mercado fato que ocorre por vários fatores como escassez de recursos e a tentativa de invisibilidade e desvalorização dos pequenos agricultores.

Além das características já sublinhadas serão discutidos, também, os processos sociais de organização da agricultura familiar, tendo como objetivo compreender suas características e principais formas de atuação. Como recurso metodológico foi elaborada uma revisão bibliográfica dos trabalhos de Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider e Wanderley Baudel.

1 AGRICULTURA FAMILIAR: MARCOS CONCEITUAIS

O professor Ricardo Abramovay, no seu artigo intitulado: “Agricultura Familiar e Uso do Solo (2006)” trata, em princípio, de desfazer as confusões conceituais que foram construídas em torno dos estudos agrários, lembrando que existe uma dualidade a ser superada no trato de tais questões. A primeira está relacionada à ideia de que a agricultura familiar pode ser entendida como sinônimo de agricultura de baixa renda, pequena produção ou agricultura de subsistência. Na segunda questão, o autor trata de mostrar que é equivocado considerar a agricultura praticada em grandes extensões de terra, o agronegócio, como a expressão derradeira para compreensão dos fenômenos sociais na agricultura brasileira.

Com relação as diferenciações sociais verificadas no seio da agricultura praticada em pequenas extensões, o autor lembra o trabalho publicado por Gasson e Errington, (1993, p. 47), em que se evidenciam, em síntese, as principais características da agricultura familiar nos EUA e Europa, a saber: “A gestão é feita pelos proprietários; os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco; o trabalho é fundamentalmente familiar; o patrimônio e os ativos são objeto de transferência intergeracional no interior da família; os membros da família vivem na unidade produtiva”.

Com relação ao tamanho e a capacidade de gerar renda, lembra que essa classificação é desprovida de julgamentos prévios. Admitindo, por outro lado, sua incompletude com relação a possibilidade de sua transposição terminológica para o caso da agricultura brasileira, para tanto, chama atenção que no Brasil existe uma notável diferenciação na forma e na estrutura como se apresenta a agricultura familiar, ao contrário dos EUA e Europa, onde a tradição da agricultura familiar é dominante, sendo o assalariamento, nesse setor, relativamente pequeno.

Ressalta como exemplo de agricultura familiar aquela que é praticada no Sul (caso da criação de frangos e suínos), da qual depende uma parcela importante da produção agroindustrial brasileira. Concluímos esse texto, demonstrando que a agricultura familiar representa um segmento importante da economia agrícola brasileira, a pesar da existência de estabelecimentos pequenos do ponto de vista de sua importância no volume da produção agrícola nacional.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE

Com referência ao trabalho de SCHNEIDER, (2003) verifica-se, que suas discussões estão voltadas, para explicar os motivos que conduziram ao resgate das discussões em torno da temática “Agricultura Familiar”. Para esse autor são principalmente três os fatores que concorreram nesse sentido: a adoção do termo por parte dos movimentos sociais do campo, principalmente aqueles ligados ao sindicalismo rural que buscava na expressão agricultura familiar alguma homogeneidade no tratamento das questões que envolviam suas bandeiras de luta; a criação, em meados da década de 90, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF que emprestou legitimidade institucional a esse termo. Além disso, destaca-se, ainda, o fato de que nesse mesmo período assiste-se uma forte retomada dos estudos agrários no Brasil, volvendo-se tais estudos, para uma tendência de ampliação do leque de temáticas até então dominantes, a reforma agrária, assentamentos e impactos tecnológicos dos processos de desenvolvimento no campo, para questões da agenda ambiental, do desenvolvimento sustentável, do mercado agrícola e para as dinâmicas ocupacionais inerentes a esse setor.

Com relação ao termo pluriatividade, faz-se lembrar que no meio rural é crescente o número de pessoas que vem se dedicando a atividades não-agrícolas, referindo-se a um conjunto variado de atividades que pertencem a outras esferas econômicas e produtivas, inclusive aquelas que são praticadas em outros ambientes, queremos dizer, em sentido clássico fora do espaço rural.

As situações em que as famílias buscam a pluriatividade são também objetos de discussão por parte desse autor. Nesse contexto, ele procura mostrar que são variados os motivos que levam os membros de uma família rural a recorrer a condição pluriativa, sendo que a maioria deles estão ligados a insuficiência de terras e ao excedente de mão-de-obra. Daí a necessidade de buscar outras atividades, sejam elas artesanais, comerciais ou de qualquer outra natureza, na tentativa de supletivamente buscar algum equilíbrio entre o trabalho e o consumo dessas famílias. Mostra também que a busca por estratégias pluriativas não é aferido por meio de uma racionalidade aritmética, mas pela variação das necessidades da agricultura familiar nos seus ciclos reprodutivos.

Com relação a teorias sociais recentes, remete-se ao que denomina de perspectiva crítica da sociologia da agricultura, cuja base teórico-metodológica é bastante eclética e abrangente. Para citar apenas uma dessas tendências, lembra as concepções neomarxistas e neoweberiana adotadas no bojo dos estudos mais recentes que tratam da agricultura familiar. O ponto que une essas diversas tendências é o fato de considerar-se que são múltiplas as estratégias de reprodução social que encerram diversas situações passíveis de serem observados na citada categoria de agricultura.

Enfatiza entre os autores que mais contribuíram para formulação de um arcabouço conceitual em torno dos estudos nessa área as discussões empreendidas por Marsden, (1991) e Fuller (1990). Dentre as discussões levadas a efeito pelo primeiro autor destaca-se o papel do estado como agente estimulador dos processos de diversificação e ampliação da produção em unidades agrícolas familiares. Nesse caso, o estado atua como elemento de regulação social e redirecionamento de atividades desenvolvidas nos espaços rurais.

Entre os setores em que se articula a atividade agrícola, notabilizam-se os serviços através do consumo de bens materiais e imateriais, como é o caso do artesanato, do turismo e da preservação histórico-patrimonial e ambiental. A diversificação de atividade vem sendo estimulada por algumas agências de desenvolvimento regional, como é caso do Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa – SEBRAE, cuja atuação no sertão semiárido brasileiro, contextualmente, tem se voltado para a organização de outras atividades complementares à agricultura ou a ela associadas, como é o caso do artesanato com aproveitamento de matérias primas locais, fato que contribui, também, com a educação ambiental, uma vez que dá aos integrantes dessas comunidades, a possibilidade não só de melhor aproveitamento de produtos como, também, outra forma de renda familiar. Note-se, contudo o desafio enfrentado pelo SEBRAE, instituições do terceiro setor e de associações como é o caso da Sociedade Brasileira de Ecologia Humana - SABEH no sentido fomentar o uso de novas tecnologias, referimo-nos, em particular, ao uso da telemática como instrumento potencializador de tais atividades.

Já com relação na perspectiva de enfoque trabalhada por Fuller, observa-se que ele destaca três níveis de análise conceitual para compreensão da pluriatividade

na agricultura familiar. O primeiro relaciona-se ao desenvolvimento regional e local, em que se procura compreender os elementos da dinâmica socioespacial, tanto aqueles considerados atrativos quanto os restritivos para o desencadeamento de atividades pluriativas. O segundo elemento de análise refere-se ao estudo do papel da família no processo de tomada de decisões no contexto de suas estratégias de reprodução social. O terceiro elemento se encontra envolvido para análise histórico-comparativa entre regiões e países com a finalidade de captar os fatores que explicam as distinções das atividades pluriativas no seio da agricultura familiar.

3 TRAJETÓRIAS DOS ESTUDOS AGRÁRIOS NO BRASIL

O terceiro texto de Maria Nazareth Wanderley Baudel, (1996) intitulado *Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro* trata de, segundo um contexto crítico e historiográfico, de revelar a trajetória dos estudos sociológicos ligados à agricultura familiar. Em princípio refere-se agricultura familiar como uma categoria genérica. Nesse contexto, ao referir-se ao termo agricultura familiar mostra que a existência da associação família-produção-trabalho tem dado sentido ao processo de estruturação das relações e das formas como se organizam as suas ações, sejam de natureza econômica ou social. Faz ver que o campesinato tradicional é uma forma particular de agricultura familiar e sua autonomia pode ser observada no nível da subsistência imediata e da sua reprodução enquanto grupo pelas gerações subsequentes.

Com relação ao sistema de produção, a pesquisadora procura demonstrar que o processo de evolução da combinação policultura-pecuária representa uma forma de estabelecimento do equilíbrio da unidade familiar. Embora tal equilíbrio seja questionável na medida em que surgem elementos novos, assim como novos desafios a serem enfrentados. Daí observa-se o seu caráter de relativa autonomia, relativa, sobretudo, a necessidade de mudança de rumos imposta a si mesmo.

Outra questão considerada essencial para a continuidade das relações tecidas no interior do núcleo familiar é a possibilidade de estruturar a transmissão de seus investimentos em recursos para as gerações seguintes, situação considerada *sine qua non* ante a necessidade de sua reprodução enquanto grupo familiar.

Com referência a forma de inserção da agricultura familiar nas sociedades ditas modernas, vê-se que é crescente o processo de integração dessa modalidade de

agricultura com a associação aos mecanismos de estruturação do capitalismo contemporâneo. Tal é a diversidade e complexidade desse processo que se torna operacionalmente impraticável qualquer tentativa de generalização, podendo fazer-se interpretações que podem servir, na melhor das hipóteses, como instrumentos interpretativos da agricultura familiar.

Sendo assim, a estudiosa revela, contudo, que é necessário ver a agricultura familiar como resultado de um processo de ajustamento histórico, no qual não se deve excluir a visão de que a sua origem está ligada as relações tradicionais de reprodução social e como tal deve ser percebida nas suas relações de continuidade e de ajustamentos permanente.

Após tecer considerações teóricas acerca de evolução do campesinato, Baudel passa a refletir sobre o contexto brasileiro de evolução da agricultura familiar, principalmente com relação a dinâmica de reprodução. Ao referir-se a agricultura familiar no Brasil, reconhece que esta, sempre ocupou um papel de segundo plano diante da força da grande propriedade, Agronegócio, principalmente se comparada a sua importância em outros países, sendo nesse contexto, apeada ante ao imperativo de desenvolver todas as suas potencialidades, na forma específica de sua inserção social no Brasil.

Remetendo-se ao caráter de precarização ao qual está relacionado a agricultura familiar, a autora revela que são variadas as fontes desse processo, destacando-se a insuficiência dos resultados do trabalho na roça, o assalariamento em propriedades maiores, a persistência da seca, a migração, o esgotamento do solo, acesso aos mercados e a posse precária da terra, entre outros fatores. Com relação a essa última fonte de precarização, lembra que, em muitos contextos, o patrimônio herdado é o próprio modo de vida, as especificidades de ser e de viver no semiárido. Daí porque a importância de se fortalecer o trabalho das comunidades tradicionais nessa área, assim, beradeiros, quilombolas, indígenas, são bons exemplos, só para citar alguns desses assentamentos humanos, tradicionais nessa região.

O fato é que, como resultado dessa instabilidade estrutural pode-se verificar o desencadeamento dos processos de “campesinização, descampesinização e recampesinização”. Pelo que se pode deduzir do trabalho de Maria Wanderley, esses processos estariam associados aos contextos históricos, manifestados nas suas diversas formas. Lembra, exemplificando a campezinização, a ocupação das serras

gaúchas por colonos europeus. A descampesinização pode ser ilustrada pela atuação do Estado que associado aos latifundiários promovem a expropriação de agricultores pobres em áreas onde a grandes propriedades encontra vantagens competitivas para viabilizar seus empreendimentos, a exemplo do Nordeste oriental com a produção de soja. Já a recampesinização seria a reassentamento desses agricultores em outras áreas sob novos contextos sociais, atrelados aos mecanismos e interesses hegemônicos de reprodução capitalista.

Saliente-se que em torno da atuação do Estado, visto como elemento promotor de transformações socioespaciais, tais processos são diretamente induzidos pelas políticas públicas. Um exemplo bastante elucidativo de “descampesinização e recampesinização” é a construção de grandes hidrelétricas, que com enchimento de lagos, geralmente de grande dimensão, tendem a desorganizar a base produtiva da agricultura familiar. Sua reorganização implica num processo de “recampesinização” uma vez que os agricultores foram reassentados em outras área, sob novos contextos, tanto socioeconômicos quanto técnicos, acarretando prejuízos para eles.

Ao citar Palácios e Linhares (1987, 1981) a pesquisadora refere-se, também, ao caráter de alternatividade do campesinato brasileiro na sua dupla função que seria de um lado, assegurar o autoconsumo e de outro, garantir a integração de seus produtos em mercados locais e regionais. Ao recorrer a uma dessas estratégias ou a ambas, simultaneamente, o agricultor familiar estaria gerando um saber específico a ser transmitido para as gerações subseqüentes. Nesse contexto, a experiência da alternatividade, como se sabe, serve de base para as reações a instabilidades e precariedades da agricultura familiar.

Sobre o empenho dos camponeses do Brasil para constituição de territórios em que o espaço de vivência seja identificado como parte efetiva de memórias, “lugar de vida e de trabalho”, sendo reproduzidas para as gerações ulteriores, é interessante lembrar que essa dimensão do fenômeno agrário se liga aos processos migratórios aos quais estão submetidas, principalmente como resultado das pressões exercidas pelas grandes propriedades.

Seguindo esse contexto, também a migração para fronteira agrícola se inscreve na lógica interna de reprodução social do agricultor familiar, na busca pelo sucesso nessa atividade. Para o trato dessa questão a pesquisadora recorre a vários autores, destacando-se: Santos, Candido, Mombeig, Godoi e Velho. Um fato interessante,

também destacado é o caráter de exclusão social relacionado à busca pela fronteira, sendo considerado, inclusive, como uma dimensão do processo de colonização.

No rol das explicações dos estabelecimentos agrícolas, como lugar de trabalho da família, interessa à autora, os estudos desenvolvidos por Correia e Sales para os quais, devido à instabilidade e precariedade dos camponeses, sobretudo aqueles da região semiárida do Nordeste brasileiro, o trabalho assalariado acaba por constituir-se numa necessidade estrutural, ou seja, a renda gerada pelo trabalho externo, muitas vezes, se torna indispensável para sua reprodução.

Tendo como base os trabalhos desenvolvidos por Garcia e Santos e pela própria autora, em alusão ao uso de força de trabalho alugada pela agricultura familiar, destaca que ao recorrer a esse expediente, esses agricultores estariam movidos pela necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio entre poupar o trabalho do membro familiar e utilizá-lo em determinadas circunstâncias do ciclo de produção agrícola. Para a autora também é importante levar em conta o fato de que, em determinadas momentos e em casos particulares, recorre-se ao uso do trabalho assalariado para aumentar a capacidade produtiva na agricultura familiar na expectativa de maximizar o uso da terra.

Wanderley conclui o trabalho, afirmando que um dos desafios da agricultura familiar é sua adaptação aos contextos da agricultura moderna. Daí a instabilidade frente aos processos de fragilização aos quais está submetida pelas novas formas de atuação do desenvolvimento capitalista no campo, mas apesar disso, ainda conserva muito de suas características originais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As preocupações com as quais foram desenvolvidas as reflexões tecidas nesse trabalho, dão conta de que a agricultura familiar se notabiliza como categoria social, pela sua importância no contexto do desenvolvimento agrário mundial. No Brasil, respeitadas algumas semelhanças, essa categoria social apresenta certas peculiaridades que a distingue das demais formas de campesinato encontradas no mundo.

Pode-se dizer que, de forma geral, são variadas as formas e estruturas de organização do trabalho familiar no Brasil, indo desde aquelas que se encontram estruturadas precariamente, do ponto de vista de sua organização econômica, a exemplo de uma parcela significativa desse setor no semiárido nordestino, passando por aquelas em que se encontra algum dinamismo, principalmente nas áreas tradicionais de produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, até aqueles agricultores familiares cuja lógica de produção se encontra inteiramente integrada aos esquemas de reprodução capitalista.

Outra questão importante, que se encontra na pauta de discussões atuais dos estudos agrários, é o caráter pluriativo e multifuncional ao qual está associado a agricultura familiar. Em muitos casos, os agricultores familiares têm recorrido a atividades complementares na tentativa de suprir suas deficiências e buscar algum equilíbrio entre o trabalho e o consumo dessas famílias, sendo importante salientar, também, que a busca por atividades pluriativas geralmente está ligada à existência de excedente de mão-de-obra, ou nos casos em que há insuficiência de terras. Destaca-se também, que as estratégias pluriativas não são aferidas por meio de uma lógica aritmética, mas pela variação das necessidades dos agricultores familiares em decorrência dos ciclos produtivos.

Com relação a trajetória da agricultura familiar, se faz importante destacar que são relativamente variados os tipos de abordagens a ela associada e que também é necessário ver a agricultura familiar como resultado de um processo de ajustamento histórico do qual não se deve excluir a visão de que a sua origem está ligada às relações sociais, arraigadas na tradição camponesa mas que também sofre influência da modernização no campo, transformando-a e redirecionando-a, conforme as estratégias de reprodução capitalista e os interesses dominantes da agricultura no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1992.

_____ **Agricultura Familiar e Uso do Solo**. São Paulo: Perspectiva, v. 2, n. 2, 1997, p 73 – 78.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Raízes históricas do Campesinato no Brasil**. Caxambu, MG: ANPOCS, 1996.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: v. 18, n. 51, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092003000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 Jan 2007. doi: 10.1590/S0102-69092003000100008.